

Produção de escala geográfica e meio ambiente: análise a partir de processos espaciais na Amazônia Oriental, Brasil

Production of geographical scale and environment: analysis of spatial processes in the eastern Amazon, Brazil

Producción de escala geográfica y medioambiente: análisis a partir de los procesos espaciales en la Amazonia oriental, Brasil

JODIVAL MAURICIO DA COSTA¹

Resumo

A organização espacial do sudeste do Pará é resultado das políticas de frentes pioneiras da segunda metade do século XX. Fortemente dependente dos grandes projetos minerais, do agronegócio e do extrativismo madeireiro, essa parte da Amazônia passou por um intenso processo de transformação socioambiental, resultado da exploração do solo e subsolo como estratégia de acumulação de riquezas. Nas duas últimas décadas, em virtude da incorporação da variável ambiental nas ações políticas e econômicas que moldam as estruturas espaciais, outros processos estão sendo desenvolvidos, mudando o discurso dos atores políticos e econômicos sobre o meio ambiente, da escala internacional à local. Esse artigo aborda o tema da valorização e revalorização do espaço a partir da produção de escala geográfica e meio ambiente, com o objetivo de entender como o poder público e o poder privado articulam estratégias de apropriação e reapropriação do espaço na Amazônia Oriental Brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, área prioritária para recuperação ambiental, revalorização econômica de espaços ambientalmente degradados na Amazônia.

Abstract

The spatial organization of southeastern Pará is the result of policy fronts of the second half of the twentieth century. Heavily dependent on large mining projects, agribusiness and timber extraction, this part of Amazonia has undergone an intense process of environmental transformation, resulting in land and subsoil as a strategy for wealth accumulation. In the last two decades, due to the incorporation of the environmental variable in the political and economic actions that shape the spatial

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo, estágio doutoral na Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle financiado pela CAPES. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap), membro do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (Obfron/Unifap) e coordenador do projeto de pesquisa Políticas de Meio Ambiente, Territorialidades e Espaço na Amazônia Transfronteiriça. E-mail: jodival.costa@gmail.com

structures, other processes are being developed, changing the discourse of political and economic actors on the environment, from the international to the local scale. This paper addresses the issue of valuation and revaluation of space from the production of geographical scale and environment, in order to understand how the public and private power articulate strategies of appropriation and reappropriation of space in the western Brazilian Amazon.

Keywords: Sustainable development, a priority area for environmental restoration, economic revaluation of environmentally degraded areas in the Amazon.

Resumen

La organización espacial del sudeste de Pará es el resultado de las políticas públicas pioneras de la segunda mitad del siglo XX. Fuertemente dependiente de grandes proyectos de minería, la agroindustria y la extracción de madera, esta parte de la Amazonía ha sido objeto de un intenso proceso de transformación del medio ambiente, resultado de la explotación de la tierra y el subsuelo como una estrategia para la acumulación de riqueza. En las últimas dos décadas, debido a la incorporación de la variable ambiental en las acciones políticas y económicas que dan forma a las estructuras espaciales, se están desarrollando otros procesos, cambiando el discurso de los actores políticos y económicos sobre el medio ambiente, desde la escala internacional a la local. En este trabajo se aborda el tema de la valoración y puesta en valor del espacio de la producción de escala geográfica y el medio ambiente, con el fin de entender cómo los poderes públicos y privados articulan estrategias de apropiación y reapropiación del espacio en la Amazonia brasileña occidental.

Palabras clave: Desarrollo sustentable, área prioritaria para la restauración del medio ambiente, revalorización económica del espacio ambientalmente degradado en la Amazonía.

Recibido: 14.06.12. Aceptado: 19.08.12.

Introdução: a produção de escala geográfica

Escala é uma produção. Sua configuração está estreitamente relacionada ao poder que os atores exercem na própria organização do espaço. Dessa forma, podemos definir a escala geográfica como uma estrutura espacial onde os atores exercem suas ações e materializam seus interesses, construindo uma tessitura política, econômica, técnica e institucional para o uso do território pelas formas de acumulação. Assim, a escala é indissociável do espaço, assim como do território, pois sua produção somente pode ocorrer por intermédio de apropriações espaciais. Se o espaço pode ser entendido como a base onde a própria vida se desenvolve (Santos, 1999) e o território como o espaço numa situação de apropriação, domínio, posse ou adequação, a escala é uma configuração desse espaço para atender a um determinado objetivo. Tal objetivo pode ser econômico, político e/ou social. Entendendo que essas dimensões da relação espacial não se dão de forma descolada. Dito de outro modo, a escala pode ser entendida como o cenário por onde flui as ações dos atores, ao passo que as próprias ações compõem a escala.

A efetividade e visibilidade das escalas espaciais possui relação com o poder que

os atores exercem. Por conta disso, é comum que determinadas escalas se imponham como dominantes em relação às outras. A escala de uma economia dominante sobre as escalas do cotidiano, por exemplo, ocorre frequência no mundo inteiro, assim como um primado dos interesses globais sobre àqueles que se manifestam na escala do cotidiano. Nesse trabalho, discute-se a escala na sua dimensão político-econômica, por uma necessidade de entender formas peculiares de escalas econômicas na Amazônia Oriental e não por considerar-se que seja o econômico mais importante que as escalas do cotidiano.

Investiga-se a relação entre os atores e as estratégias de acumulação em torno da qual passa a ser ordenada a dinâmica² espacial. Um ponto fundamental da metodologia de escala é que não se deve partir de uma ideia pré-concebida da mesma e encaixar em uma realidade espacial, pois esta nunca está dada, uma vez que vai se manifestando à medida que o pesquisador (estudioso) avança na investigação dos processos responsáveis pela organização do espaço.

A contribuição que essa metodologia pode trazer para os estudos ambientais é a investigação da configuração de uma escala ambiental internacional e como esta afeta a ação dos atores dominantes em um espaço de acumulação e como isso repercute em escalas inferiores. No caso da sub-região de Carajás, na Amazônia Brasileira, por exemplo, investigamos como ou se o meio ambiente foi inserido no projeto minério de ferro e qual a condição da inserção ou exclusão do mesmo como variável condicionante da ação espacial. Mas isso sempre vai depender de cada realidade, pois nem todo projeto econômico implantado em um determinado espaço é capaz de configurar uma escala geográfica, fazendo com que a ordenação do espaço passe a funcionar a partir dos interesses em torno do mesmo. A produção de escala geográfica também engloba estratégias de apropriação dos recursos disponíveis no meio ambiente e, ao mesmo tempo, da construção de cenários sociais, políticos e econômicos que legitimem essas estratégias. A ideia de produção de escala geográfica oferece elementos para analisar os processos que estruturam os espaços.

Partimos do princípio que os processos que produzem o espaço no capitalismo são contraditórios, uma vez que se desenvolvem condicionando a sociedade e o meio ambiente aos interesses em jogo (Swyngedouw, 2001,2010), a produção espacial e sua transformação constante no capitalismo têm obedecido à implantação de estruturas produtivas que comandam sua organização. Para Smith (1987) essa dinâmica no modo de produção capitalista sofre mudanças constantes porque o capital necessita destruir e recriar estruturas e relações de poder como condição de sua reprodução – a que o autor chama de *destruição criativa*. Isso pode tanto produzir uma nova escala de acumulação quanto promover sua revalorização, ressignificando elementos do espaço para atender a novas demandas político- econômicas.

² Dinâmica como conjunto dos processos que ordenam as relações econômicas, políticas e sociais.

Assim, para essa concepção de escala, consideramos que a dinâmica espacial se configura por meio desses processos e, portanto, um determinado espaço é resultado das relações de produção que atuam na sua formação e constante transformação. Nesse sentido, as configurações escalares resultam das estratégias que regulam e organizam a dinâmica espacial. Desse ponto de entendimento, a escala geográfica tratada em relação ao meio ambiente significa um conjunto de elementos formado pelos condicionantes de uma dada estrutura espacial e pelos atores que controlam os instrumentos (políticos e econômicos) e os recursos naturais em torno do qual e a partir da qual a dinâmica espacial é organizada (Swyngedouw, 1997). Dito de forma diferente, a escala ambiental pode ser produzida a partir da inserção da variável ambiental nos processos de construção das estruturas espaciais.

Como a dinâmica espacial envolve a relação entre sociedade e meio ambiente, significa conceber que ambos são produtos de processos, onde os interesses predominantes em um dado período acabam por produzir formas de intervenção nesse meio ambiente que estruturam e reestruturam a organização espacial. O entendimento da realidade baseado em processos espaciais apresenta-se bastante antagonico, pois implica compreender como os mesmos, ao criarem as estruturas e formas de organização espacial acabam por ordenar as relações sociais em prol de uma escala dominante – que no caso do capitalismo tem sido marcada pela construção de estratégias de acumulação de capital, tendo o crescimento econômico como elemento predominante (Smith, 1987).

Dessa forma, conceber essas configurações espaciais a partir de uma análise de escala significa que o processo de desenvolvimento econômico capitalista necessita sempre promover reestruturações, tendo sido esta uma condição de sobrevivência do próprio sistema, onde as crises produzem continuamente novas configurações espaciais e, nesse sentido, atuam constantemente na re-configuração de espaços de acumulação. Existe uma amplitude de trabalhos sobre escala geográfica a partir dessa abordagem (Brenner, 1997; Castree, 2005; Smith, 1987) que explicam como as relações de poder atuam na produção de escala geográfica. No entanto, trabalhos científicos voltados para o estudo da relação entre escala e meio ambiente ainda é muito restrita (Swyngedouw, 2001).

A análise sobre revalorização do espaço a partir do discurso do desenvolvimento sustentável tem dois sentidos nesse trabalho. O primeiro é como o controle sobre os recursos naturais pode ordenar a forma de organização de um espaço³ (é o caso da mineração em Carajás). O segundo trata-se da mudança de discurso dos atores dominantes sobre o meio ambiente no Estado do Pará, onde para analisar essa questão selecionamos as novas estratégias de revalorização econômica do espaço implementadas a partir do discurso de “área para recuperação ambiental” no sudeste paraense.

³ Como é o caso do Swyngedouw (2001) sobre o controle da água na cidade de Guayaquil, pois a distribuição desse recurso repercute diretamente na forma de organização do espaço.

O entendimento de configurações locais de produção de escalas geográficas passa por essa relação que elas apresentam em níveis mais amplos de manifestação (global, nacional, regional), uma vez que devemos considerar a articulação entre elas, assim como as diferentes formas que um dado fenômeno pode adquirir quando tratado em realidades espaciais distintos (Castro, 2005; Swyngedouw, 2009). Duas considerações importantes podem ser feitas: a prioridade não deve restringir-se a uma escala geográfica específica, mas investigar se/e como os fenômenos se manifestam em cenários mais amplos; segundo que escalas geográficas particulares, entendidas como aquelas construídas para atender os interesses de um ator ou de um conjunto de atores (da mineração, da água, etc.), são construídas e reconstruídas com frequência (Swyngedouw, 2001).

Escalas geográficas nunca são permanentes, pois a inserção de novos interesses ou resignificação dos já existentes ocorrem com frequência e, muitas vezes isso muda as escalas espaciais. Por outro lado, a mudança de discurso acerca dos fenômenos que se desenvolvem em um determinado espaço não significa, necessariamente, mudança de escala geográfica. A entrada de novas variáveis no processo pode significar, tão somente, estratégias de resignificação da escala político-econômica já existente. Mudanças de escala normalmente acontecem quando muda a escala do comando pela entrada de novos atores nas relações de poder. A entrada desses novos atores no processo de acumulação e a necessidade de novas estratégias desestruturam e reestruturam espaços, pois apropriar-se dos mecanismos que produzem e reproduzem relações espaciais possibilita constituir cenários de controle dos mesmos. Para Swyngedouw:

Struggling to command a particular scale in a given socio-spatial conjuncture can be of eminent importance. Spatial scales are never fixed, but are perpetually redefined, contested and restructured in terms of their extent, content, relative importance and interrelations. The continuous reshuffling and reorganisation of spatial scales are integral to social strategies and an arena for struggles for control and empowerment (Swyngedouw, 2001, p. 07).

A abordagem escalar aplicada ao estudo do meio ambiente requer compreender as repercussões que a inserção dessa variável produz nos processos de organização do espaço, de como são absorvidos pelos conflitos sociais e político-econômicos, que muitas vezes se tornam centrais em torno da apropriação dos recursos e podem promover novos discursos de apropriação que configuram cenários para a ação dos atores dominantes. Para Swyngedouw (2001), isso pode alterar as relações de poder ou produzir novas formas de resignificação, através do controle sobre novos instrumentos de regulação e normalização.

A process-based approach to scale focuses attention on the mechanisms of scale transformation through social conflict and political-economic struggle. In many

instances, this struggle pivots around the appropriation of nature and control over its metabolism. These socio-spatial processes change the importance and role of certain geographical scales, re-assert the importance of others, and on occasion create entirely new scales. These scale re-definitions in turn alter the geometry of social power by strengthening the power and the control of some while disempowering others (Swyngedouw, 2001, p. 07).

As escalas são resultado do poder político-econômico na produção e reprodução do espaço – tanto da configuração de cenários globais que legitimam as ações desses atores em âmbito geral, quanto local. As estratégias escalares são postas em ação para produzir cenários favoráveis ao exercício do poder no espaço. No capitalismo, mudanças de estratégias espacial levam com frequência à mudanças de escala, da mesma forma que o inverso também ocorre, resultado das demandas que surgem como condição para que a acumulação de capital se mantenha (Swyngedouw, 2010). A ação local dos atores depende da capacidade de articular-se nos diversos níveis (global, nacional, regional) para favorecer o processo de acumulação. Santos (1999) argumenta que cada vez mais a escala que de comando das ações locais se dá fora da localidade. É nesse mesmo sentido que Agnew (2001) discute a formação de uma escala econômica da globalização.

No cenário global atual, a possibilidade de uma escala ambiental internacional repercute diretamente na ação dos atores político-econômicos, pois implica a necessidade de construir espaços de negociação nos diversos níveis de organização. A relação entre as escalas, a organização econômica, política e também social, depende das alianças (parcerias) estabelecidas. As relações de poder são fundamentais porque costumam arranjar e ajustes para que uma dada forma espacial exista (Raffestin, 1980).

Nesse cenário de globalização, as relações de poder que atuam localmente possuem articulação multiescalares, o que explica as estratégias constantes dos atores para manter a cooperação e, ao mesmo tempo, evitar e controlar conflitos que surgem pela existência de interesses antagônicos.

Por serem constituídos de fragmentação, de divisão e diferenciação – nacionalismo, localismo, concorrência, etc -, a produção de escala geográfica não é contínua, nem homogênea ou acabada, pois é permeada por contradições e resulta da forma como os espaços são organizados, dos interesses em jogo e, principalmente, da importância que o local ocupa na economia-política de atores particulares, quando os interesses estão condicionados à escalas mais amplas.

Assim, as estratégias de apropriação de recursos naturais são acompanhadas de ideologias que legitimam as ações espaciais. A partir dos anos 90, a variável ambiental passa a ser considerada como elemento importante de valorização das atividades econômicas e adota-se o discurso da sustentabilidade, o que influencia o próprio modelo de acumulação capitalista, levando-o a se apropriar da questão ambiental e

transformá-la em agente produtor de lucro (Leff, 2006). Esse processo ocorre sob o comando de uma escala ambiental internacional configurada nas últimas três décadas. Para perceber como isso ocorre nessa parte da Amazônia Oriental, primeiramente mostraremos como o Projeto Minério de Ferro Carajás articulou a escala da mineração. Posteriormente, segue-se uma discussão sobre a inserção da variável ambiental no sudeste do Pará.

Processos escalares e estratégias de produção do espaço em Carajás

A região de Carajás, que abrange principalmente o sudeste do estado do Pará foi estruturada para atender a exploração mineral a partir dos anos de 1960, e concentrou uma diversidade de ações – exploração econômica, movimento da população, implantação de infraestrutura estratégicas, exportação, etc., e o controle sobre o uso do solo, voltado para as atividades de agricultura e pecuária, que marcaram fortemente as ações dos atores na região. A forma de uso desses recursos dependeu fundamentalmente do tratamento dado aos recursos naturais.

O processo de integração da Amazônia à região Sul e Sudeste do Brasil obedeceu às necessidades produzidas naquele contexto de expansão da base de extração mineral, assim como visava aliviar tensões na Região Nordeste do país. Essa política, que foi amplamente bancada pelo governo japonês e pelo Banco Mundial reduziu as ações ambientais à criação de unidades de conservação que serviu como escudo de proteção para a atividade mineral da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – a exemplo do Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás (Figura 1) (Coelho e Bunker, 2006).

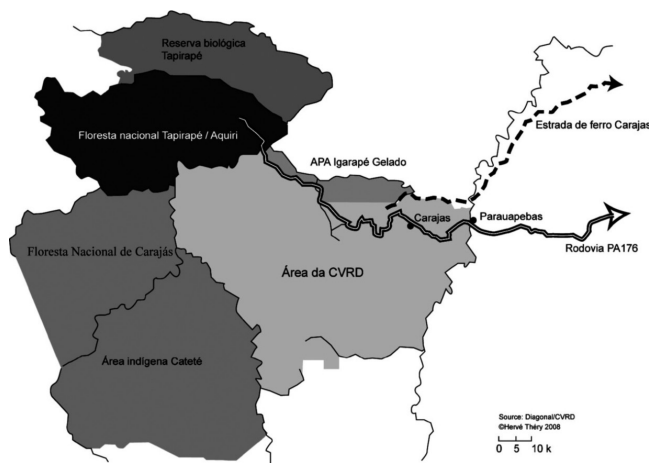


Figura 1. Área de influência da CVRD com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás. Fonte: Mello-Théry e Théry, 2009, p. 76.

Nesse caso, consideramos que a inexistência de uma política ambiental definida para aquele período implicou, mesmo assim, em ações ambientais importantes, onde o meio ambiente foi usado para proteger o território da mineração sob o controle da CVRD. Em efeito, os aspectos ecológicos assumidos em um dado local pela arena de poder que o organiza, tenha ou não uma política ambiental clara, acaba por imputar a/nesse espaço um sentido de natureza, que vai interferir diretamente nas ações. O que define a dimensão ambiental de uma política é o uso que se faz do espaço e as repercussões que ela produz, e não apenas se é declarada ou não. A posição do governo brasileiro, assim como dos atores econômicos na região em relação ao meio ambiente sempre foram fundamentais na organização das escalas geográficas.

Antes da implantação dos grandes projetos, a escala de ação resumia-se, basicamente, ao domínio do local, baseada em relações de poder constituídas de uma elite castanheira e dos trabalhadores locais, concentradas internamente e sem uma interferência direta de escalas mais amplas. O padrão de organização político e econômico não estava atrelado aos interesses ideológicos externos em que a Amazônia pudesse se encaixar – ela não existia na escala global como espaço estratégico global, pois estava para a coleta de produtos florestais sem grande impacto no mercado internacional. O valor do espaço estava, portanto, condicionado pelo valor econômico e político de uma economia-política sem grandes laços com outras escalas de ação.

Mesmo que interesses externos (internacionais e nacionais) sobre a Amazônia sempre tenham existido (Osório, 1997), como espaço estrategicamente ligado aos projetos globais (e não apenas de um ou dois países como ocorrera entre os séculos XVII e XIX, em que esta esteve sempre relacionada com Portugal, Espanha ou França) passa de fato a ocorrer a partir da segunda metade do século XX. Dessa forma, a incorporação da Amazônia a uma escala de ação nacional e internacional, no sentido de uma inserção desse espaço nessas relações mais amplas ocorre de fato na gestão dos militares no Brasil (1960-1985).

A partir desse período a construção de uma configuração espacial mais complexa produziu um cenário propício à apropriação da natureza e, também, das demais ferramentas necessárias para dar suporte à estratégia de acumulação. Para atender o projeto de extração de minério de ferro foi construída uma rede de infraestruturas estratégicas (ferrovias, hidrelétricas, rodovias) para a apropriação de recursos minerais e das terras para produção agrícola e pecuária. Da mesma forma, foi substancial a ancoragem institucional (instituições de financiamento, como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e o Banco da Amazônia; de ordenamento da terra, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA) e uma mobilização da sociedade para trabalhar a favor das políticas de apropriação.

A implantação da estrutura regional promovida pelo Estado brasileiro autoritário articulou o poder das elites em torno do Programa Grande Carajás, criando uma estrutura social, política e econômica que garantiu o acesso aos recursos naturais, incluindo o solo. A configuração da região de Carajás, que resulta da ação conjunta do poder público nacional e do capital externo, criou a condição para o sentido de natureza enquanto recurso e estabeleceu o controle sobre a mesma.

As estruturas sociais foram transformadas com a introdução de um novo padrão de produção, assim como a centralidade do poder também foi deslocada das elites locais, concentradas no extrativismo vegetal para a elite latifundiária, mas, principalmente, para a CVRD. A organização da região passou a atender os interesses da economia da mineração e do latifúndio. A reestruturação territorial organizada a partir desse momento ocorreu em torno da economia fértil e dos interesses do Estado brasileiro representado pela Companhia Vale do Rio Doce (Coelho, 1991; Palheta da Silva, 2004; Costa, 2008).

Esse período é fundamental para pensarmos escala como um processo político-econômico-ambiental. Antes da estruturação em torno do minério de ferro e seus desdobramentos regionais, a escala da natureza em Carajás obedecia ao tempo do extrativismo vegetal que não provocava grandes alterações ambientais. Ao ser implantado um novo padrão de organização espacial, estruturou-se uma nova escala geográfica em torno do Projeto Minério de Ferro Carajás, que constituiu, também, uma escala da natureza enquanto recurso apropriado e utilizado como dispositivo de organização espacial. Além da extração mineral, o solo também foi apropriado pela/para economia do agronegócio e da extração madeireira.

No caso do solo, por exemplo, trata-se do principal recurso dotado de indispensabilidade para a vida. Dentre outras funções e utilidades que este possa ter, produzir alimento com o objetivo principal de função social é o mais importante. Quando o solo é apropriado por alguns atores e esse uso é convertido em função de mercado, uma relação de poder é estabelecida a partir do controle desse recurso, e essas relações acabam por definir, também, uma escala de uso da natureza, uma vez que elege condicionantes para a organização do espaço a partir desses recursos.

O que se estabelece a partir desse controle na Amazônia, com uma produção direcionada para o agronegócio, é a articulação com interesses locais, nacionais e globais diretamente interessados. O interesse do mercado internacional de commodities mineral interfere diretamente na organização no local, passando o mesmo a funcionar conforme os ditames de uma escala global. Essa forma de uso do espaço sustentou-se mesmo durante os anos de 1980, quando a questão ambiental já se encontrava em plena construção no cenário internacional. Sua crise somente foi acelerada a partir dos anos de 1990, quando os acontecimentos internacionais relacionados à valorização capitalista da variável ambiental, como na Conferência

Atualmente um novo programa de ação espacial vem se estruturando na Amazônia oriental – a de “área prioritária para recuperação ambiental”, através da revalorização das economias do agronegócio da soja, do eucalipto e da atividade da pecuária, por meio da incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável, em especial via nomenclatura de “município verde”. Entender como essa nova estratégia pode produzir mudanças nas escalas de ação atuais é, então, uma questão fundamental. Como a estruturação da região se deu em torno da escala do minério de ferro e do agronegócio, sendo a CVRD e os grandes proprietários de terra os principais atores nas relações de poder locais, compreender o alcance das novas estratégias é, então, outra questão de suma importância. Necessário, portanto, questionar se a escala do meio ambiente nessa lógica do desenvolvimento sustentável tem como objetivo garantir a permanência da escala de acumulação.

Um dos pontos principais da definição de “área para recuperação ambiental” está a escolha de quais atividades servem para recuperação, quais atores vão comandá-la e que desenvolvimento se busca sustentar. Faz-se urgente entender o porquê da incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável e da transformação desse área em prioritária para recuperação, assim como discutir o que se pretende recuperar.

Essa área sofreu um processo de desvalorização espacial em virtude dos problemas ambientais causados pelo desmatamento, o que fez com as atividades de pecuária e do agronegócio se desvalorizaram em virtude desse quadro provocado por essas mesmas atividades que atualmente procuram ressignificar-se. A situação dos produtores rurais de Paragominas é o maior exemplo, que até 2010 era o município que possuía maior índice de desmatamento. Com isso a economia local (principalmente pecuária e soja) começou a se desvalorizar e enfrentar dificuldades para exportação (contexto fortalecido pela eclosão da crise de 2008, desencadeada nos Estados Unidos), o que levou os produtores rurais a solicitarem uma posição estratégica conjunta entre o poder privado e o poder público municipal. A solução apresentada pela prefeitura foi incorporar à economia e à política do município uma agenda verde, que teria como pano de fundo discursivo a saída de Paragominas da lista de degradação ambiental para a de “município ambientalmente correto”, por meio do “Programa Município Verde”, idealizado pela Vale⁴ através do Fundo Vale.

Dessa forma, nessa área definida pelo Ministério do Meio Ambiente como “arco do desmatamento” e reconhecida por esse mesmo Ministério e pelo ZEEs dos Estados como “área prioritária para recuperação ambiental”, Paragominas surge como projeto-piloto de “gestão verde”. A estratégia adotada foi a formação de um pacto entre os atores para a construção de um programa de “desenvolvimento sustentável” no município, constituído por: Instituições estaduais (Secretaria de Meio

⁴ Antiga CVRD, que passou a se chamar Vale a partir de 2008.

Ambiente, Secretaria de Ciência e Tecnologia, IBAMA), Instituições municipais (Secretarias) Empresas (Vale, Pecuaristas, Produtores Rurais), Universidade (Universidade de São Paulo/USP), ONGs (The Nature Conservancy/TNC e Instituto do Homem e do Meio Ambiente/MAZON) . Dessa forma, é importante distinguir entre atores que decidem e os outros, se há mudança na arena de poder ou se estamos diante da organização de uma nova escala geográfica para revalorizar as antigas atividades que provocaram o desmatamento.

A desvalorização desse espaço e das economias dominantes está relacionada a criação de uma lista dos municípios que mais degradaram o meio ambiente, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, e ficaram impedidos de receber novos financiamentos por conta do embargo imposto pelo Governo Federal. As atividades econômicas desse espaço foram associadas à ideia de degradação ambiental, o que no novo cenário de valorização de crise ambiental desmatar a Amazônia se torna não apenas um crime previsto nas leis ambientais, mas principalmente produz uma imagem negativa da empresa e do produto no mercado (Costa e Richetti, 2010). A desvalorização no cenário político-econômico foi o principal fator para a formulação da “agenda verde” municipal.

Portanto, no seio da questão de “área para recuperação” está a estratégia de revalorização do espaço, uma vez que este perde sua credibilidade e legitimidade econômica em virtude da valorização da questão ambiental nas últimas duas décadas. Assim, não existe uma crise de produção em termos de produtividade, mas um conflito na relação entre atividade econômica e técnicas de apropriação e uso da natureza, acenando para a necessidade de mudança na forma de produzir mercadorias. Em outras palavras, ocorre uma crise da escala geográfica construída a partir do desmatamento e a nova escala da globalização econômico-ecológica, uma vez que essa última passa a incorporar a variável ambiental como ente qualificador da economia e relaciona diretamente as mercadorias às técnicas utilizadas para sua produção por meio da estratégia do desenvolvimento sustentável.

A ideia de desenvolvimento sustentável tem sido implantada exclusivamente em grandes propriedades de Silvicultura (eucalipto), pecuária (“pecuária verde”), soja e milho, sem apoio à agricultura fora do agronegócio. As cooperativas de assentamento existentes no município enfrentam os mesmos problemas de épocas anteriores, como a dificuldade para transportar o produto, uma vez que além de não contarem com transporte próprio, as terras disponibilizadas para assentamentos são muito distantes da cidade.

As ONGs TNC e Imazon, assim como as universidades Esalq/USP e UFRA, que estão diretamente engajadas nesses projetos, ainda não têm uma relação com os assentamentos rurais. O auxílio dessas instituições nessas pequenas propriedades poderia ajudar a melhorar a produção, inclusive com novas técnicas de manejo do solo. Mas, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas, até o

momento (2012) o único contato com as ONGs ocorreu em função do monitoramento de queimadas e desmatamento que fica a cargo de sua fiscalização.

O Programa Municípios Verdes torna-se um programa de ação para revalorizar a economia das grandes e do agronegócio em Carajás. As atividades do agronegócio e da pecuária, responsáveis pela estruturação da região desde o início da ocupação nos anos de 1960, encontram na reapropriação da natureza pelo capital o processo de revalorização do espaço que retoma a importância e recoloca essas atividades no novo cenário de mercado – agora marcado pela valorização do discurso do “ambientalmente correto”.

Considerações finais

Escalas geográficas são produzidas e/ou resignificadas constantemente, pois elas são diretamente afetadas pelas formas espaciais. Pensando mais especificamente na escala da economia e da política que comanda a dinâmica espacial, essas mudanças atendem aos interesses dos atores que possuem maior poder de comando na/da dinâmica do espaço. Nesse aspecto, os lugares se tornam reféns das escalas que são organizadas por um comando externo, e por isso não contemplam necessidades de escalas locais menos expressivas do ponto de vista da economia.

Essa escala político-econômica mais ampla acaba por determinar a dinâmica espacial dos lugares. Embora isso não ocorra sem conflitos, o fato é que a configuração espacial local acaba por ser moldada para atender uma escala dominante da economia e da política globalizada. O alcance da questão ambiental tem legitimado a resignificação dessas escalas dominantes para adequá-las ao novo cenário de valorização das causas ambientais, como vem ocorrendo em Carajás.

A discussão em torno da necessidade de recuperação da área definida como “arco do desmatamento” tem como objetivo produzir novos ativos de valor capaz de revalorizar economias locais e, ao mesmo tempo, promover uma revalorização do espaço frente aos mecanismos de desvalorização econômica de áreas degradadas e, portanto, das respectivas práticas econômicas a elas relacionadas. A estratégia do desenvolvimento sustentável torna-se um plano de ação que credencia e legitima as mesmas atividades produtivas que promoveram a degradação e, nesse sentido, acabaram por promover a desvalorização econômica do espaço em face da apropriação da crise ambiental pelo capital. Nesse sentido, o discurso estratégico do desenvolvimento sustentável congrega elementos fundamentais para a ordenação espacial e reestruturação de escalas geográficas. O Programa “Municípios Verdes” é um exemplo dessa forma de ação, onde a natureza e o meio ambiente resignificam as atividades econômicas para garantir a geração cada vez mais ampliada do lucro.

Referências bibliográficas

- Agnew, J. (2001). "The New Global Economy: Time-Space Compression, Geopolitics, and Global Uneven Development". *Journal World-Systems Research* 7(2), 133-56.
- Brenner, N. (1997). "State territorial restructuring and the production of spatial scale: urban and the regional planning in the Federal Republic of Germany, 1960-1990". *Political Geography* 16(4), 273-306.
- Castree, N. (2005). *Nature*. New York: Routledge.
- Castro, I. (2005). *Geografia e Política – território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Coelho, M. C. N., Bunker, S. (2006). Impactos Ambientais da Estrada de Ferro Carajás no Sudeste do Pará. In: Museu Emílio Goeldi. Carajás: Geologia e Ocupação Humana. p. 405-470.
- Coelho, M. C. N. (1991). *Socioeconomic Impacts of the Carajás Railroad in Maranhão, Brazil*. Tese de doutoramento. Syracuse: Syracuse University.
- Costa, J. M. (2008). *Redes técnicas e uso privado do território na Amazônia: a Estrada de Ferro Carajás da CVRD 1997 a 2006*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Costa, J. M. e Richetti, P. (2010). "Parceria entre empresa e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: processos contemporâneos de mercantilização da cultura e do meio ambiente". *Novos Cadernos NAEA* 13(2), 261-275.
- Hayashi, S., Souza Jr., C., & Veríssimo, A. (2009). Boletim Transparência Florestal Amazônia Legal (Agosto de 2009). Belém: Imazon. (<http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/transparencia-florestal-da-amazonia-legal-agosto>)
- Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mello-Théry, N. A. & Théry, H. (2009). "Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental". *Revista Praia Vermelha* 19(2), 73-88.
- Osório, Lia (1997). "O Controle Intermitente do Território Amazônico". *Revista Território* 1 (2), 19-32.
- Palheta da Silva, J. M. (2004). *Poder, Governo e Território em Carajás*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. São Paulo.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Raffestin, C. (1980). *Pour Une Géographie du Pouvoir*. Paris: Librairies Techniques (LITTEC).
- Santos, M. (1999). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Smith, N. (1987). "The Restructuring of Geographical Scale: Coalescence and Fragmentation of the Northern Core Region". *Economic Geography* 63(2), 160-182.
- Swyngedouw, E. (2009). "The political economy and political ecology of the hydro-social

- cycle". *Journal of Contemporary Water Research & Education* 142(1), 56-60.
- Swyngedouw, E. (2010). *Place, Nature and the Question of Scale: Interrogating the Production of Nature*. Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. Berlin.
- Swyngedouw, E. (2001). *Scaled Geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale*. Oxford OX1 3TB, UK, January.
- Swyngedouw, E. (1997). Impossible/undesirable sustainability and the post-political condition. In R. Krueger and D. Gibbs (eds), *The Sustainable Development Paradox*. New York: Guilford Press (pp. 13–40).